Lourau, René. *Análise institucional.* Petrópolis, Vozes, 1975. 294 p. Trad. M. Ferreira.

O livro de René Lourau, pertencente à coleção Psicanálise, da Editora Vozes, é considerado obra básica para compreensão da análise institucional à luz dos

pressupostos psicanalíticos. O autor propõe método original de intervenção por parte do analista, considerando-o ao mesmo tempo parte integrante da rede de instituições que o solicitam. De modo sistematizado, analisa as diversas teorias institucionais e aprofunda os principais tipos de intervenção.

Ressalta particularmente a importância dada pela psicanálise à implicação do observador no "objeto", o que leva o psicanalista, e atrás dele o sociólogo, a uma perscrutação mais profunda da negatividade formal das organizações e a negatividade absoluta, isolada pela psicossociologia, não visando, contudo, uma operação "nihilista", mas estabelecer uma nova relação com o "saber", ou seja, a consciência do "não-saber". Para reforçar tal posição, cita na introdução do livro o pensamento de Hegel: "O espírito conquista sua verdade unicamente com a condição de se reencontrar a si mesmo na absoluta dilaceração. O espírito é esse poder, não sendo semelhante ao positivo que se afasta do negativo, mas sabendo olhar de frente o negativo e sabendo permanecer perto dele."

A obra é dividida em duas partes distintas: a primeira discorre sobre as teorias institucionais reportando-se a correntes filosóficas, psicossociológicas e analisando o conceito de instituição em sociologia nos diversos sistemas de referência. Traz contribuição original ao abordar a instituição como instância imaginária e ao analisar a crise do próprio conceito de instituição. A segunda parte é dedicada às intervenções institucionais entre as quais destacam a intervenção psicanalítica, a intervenção psicossociológica, a intervenção pedagógica e os novos rumos da intervenção socioanalítica.

Daremos mais ênfase a essa segunda parte, por oferecer subsídios e pontos de referência muito importantes aos estudiosos e pesquisadores desse campo. Ao propor a psicoterapia institucional, reporta-se à pesquisa e experimentação sobre a instituição psiquiátrica e sua relação com a psicoterapia de grupo, distinguindo três fases importantes: *a*) fase empírica – modificação da relação médico-doente; *b*) fase ideológica – terapia da socialização pelo grupo; e *c*) fase teórica – elaboração do conceito de instituição.

A fim de facilitar o entendimento da extensão do conceito de instituição, introduz o autor as variações ocorridas no decorrer de vários anos, resumindo-os em dois estágios, a saber: antes da descoberta da dimensão inconsciente da instituição, e o relativo à descoberta da dimensão inconsciente. Aborda o problema da contratransferência institucional e introduz o conceito da transversalidade que, em muito, ajuda a compreender o fenômeno acentuado por Weber "ou seja, a grande dificuldade, e quando não a impossibilidade que o civilizado tem de atingir a universalização dos conhecimentos referentes ao meio onde vive".

Ao referir-se à intervenção psicossociológica, analisa a situação epistemológica da psicossociologia, partindo da demanda social que lhe deu nascimento e do sistema de referência no qual se constitui. Menciona os trabalhos pioneiros de Pagès, Merrheim, Hasson, Favez, Boutonnier, discípulos de Lewis, Moreno, Bales, Bion, Rogers, e reporta-se às influências das teorias da Gestalt e do behaviorismo

bem como da tendência dos revisionistas de conciliar teses psicanalistas, como as de Freud, Adler, Klein com as de Lewin ou Moreno.

No sistema de crítica interna reporta-se à socioanálise, segundo van Bockstaile, ao grupo centrado sobre o grupo de Meigniez, à instituição a nível de grupo de Ardoino e ao surgimento e desconhecimento da instituição de Max Pagès.

Quanto à intervenção em psicopedagogia, parte para uma análise da concepção terapêutica em educação e da relação da psicanálise com a pedagogia, para o estudo da instituição como instrumento pedagógico-terapêutico, resumindo a proposta de Fernand Oury da Psicopedagogia institucional, relativa aos três elementos referentes às técnicas ativas, transformadas parcialmente em suportes para a análise em regras de funcionamento de classe criadas ou legitimadas pelo professor, e resultantes da atividade "instituinte" da classe. Cita Lapassède, ressaltando que o professor cobre "estatutariamente" os três momentos do conceito da instituição, a saber: *a*) universalidade: possui a autoridade conferida pelo saber (posição); *b*) particularidade: enquanto indivíduo, encarna uma ou várias instâncias de parentesco (papéis); e *c*) singularidade: detém o poder de organizar o trabalho dos outros. Contudo, lembra que seu poder é problemático, seu papel na estrutura libidinal é equívoco e sua posição no sistema institucional é ambígua, sendo, ao mesmo tempo, servidor do instituído e encarregado de uma função instituinte, constituindo-se sua relação com as instituições uma das menos imediatamente observáveis. Assim, a ação do mestre não repousa nem sobre a universalidade (imaginária) de seu saber, nem sobre a particularidade (manipuladora) de seu papel na estrutura libidinal, nem na singularidade (abstrata) de seu poder de decisão, mas sim no fato de pôr em jogo a tríplice descoberta citada, que desencadeia a possibilidade da não-diretividade, da auto-sugestão e da análise institucional.

Finalmente, ao tratar do rumo da intervenção socioanalítica ou seja da aplicação da análise institucional na prática dos grupos, coletividades e organizações, não propõe o autor uma redução da análise institucional a um simples método terapêutico ou pedagógico, mas a uma análise das condições práticas da sua intervenção, destacando o duplo aspecto da análise estruturo-funcional e da análise psicanalítica, recomendando de preferência a "análise em situação" em vez daquela de "papel".

Destaca ainda que para construir uma situação analítica é preciso estabelecer uma hipótese e isolar os instrumentos da análise relacionados à segmentaridade, transversalidade, distância institucional e distância prática; por exemplo, na instituição escolar (reexame do espaço educativo, das técnicas do corpo e da relação com os objetos presentes), reforçando a implicação institucional prática, sintagmática, paradigmática, simbólica e a transferência institucional. O autor lembra também o aspecto da contratransferência institucional do analista, que provoca emocionalmente os demais membros uma vez que "intervir" representa castrar por um lado, provocar por outro e propor mudança, o que pode dificultar a função do

analista pelo *acting-out* institucional, podendo cair no desvio ideológico, libidinal ou organizacional.

Quanto aos resultados da intervenção, indaga-se: entre a "consciência silenciosa" e a "consciência ossatura", entre o "sociograma informal" e o "organograma oficial", como colocar a voz do analista, como equacionar sua ação em tempo do analista, dos clientes e tempo de trabalho como instituição?

Ao concluir, o autor afirma que a análise institucional oscila entre a tentação de uma socioanálise e de uma crise-análise, dependendo o seu destino mais do que do estado da ciência, do estado das forças sociais nas quais é conduzida.

Como podemos inferir, a obra de Lourau é polêmica, de conteúdo bem posicionado, de revisão crítica e de muita abertura, sobretudo para aqueles interessados no campo da análise institucional nos diversos setores organizacionais e de trabalho humano.

M. HELENA NOVAES